

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas da administração	14
1 Contexto operacional	14
2 Base de preparação das demonstrações financeiras	16
3 Sumário das principais práticas contábeis	17
3.1 Estimativas e julgamentos críticos	17
3.2 Conversão de moeda estrangeira	17
3.3 Caixa e equivalentes de caixa	17
3.4 Instrumentos financeiros	18
3.5 Ativos não financeiros	20
3.6 Contas a receber de clientes	21
3.7 Impostos a recuperar	21
3.8 Ativos intangíveis	21
3.9 Imobilizado	21
3.10 Direito de uso em arrendamento	22
3.11 Ativo mantido para venda	22
3.12 Fornecedores e outras contas a pagar	23
3.13 Empréstimos e financiamentos	23
3.14 Provisões	23
3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	23
3.16 Capital Social	24
3.17 Resultado por ação - básico e diluído	24
3.18 Distribuição de dividendos	24
3.19 Informação por segmento	24
3.20 Demonstrações do valor adicionado	24
3.21 Reconhecimento de receita	25
3.22 Operações descontinuadas	25
3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021	25
4 Caixa e equivalentes de caixa	27
5 Contas a receber de clientes	27
6 Impostos a recuperar (ativo) e impostos e contribuições a recolher (passivo)	28
7 Imobilizado	30
8 Intangível	31
9 Empréstimos e financiamentos	32
10 Fornecedores	32
11 Obrigações sociais e trabalhistas	32
12 Adiantamento de clientes	33
13 Imposto de renda e contribuição social	33
14 Patrimônio líquido	33
15 Receitas operacionais	35
16 Custos dos serviços prestados	36
17 Despesas comerciais, administrativas e gerais	37
18 Resultado financeiro líquido	38
19 Reconciliação do cálculo do IR/CS à alíquota efetiva	38
20 Operações de arrendamento mercantil - IFRS16 / CPC 06	38
21 Ativo disponível para venda	39
22 Provisão para contingências	39
23 Remuneração da administração e dos empregados	40
24 Segmentos operacionais	41
25 Instrumentos financeiros	41
26 Cobertura de seguros (não auditado)	45
27 Relatório da Administração	456
28 Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais	45
29 Proposta de orçamento de capital	55
30 Outras informações que a companhia entenda relevantes	56
31 Parecer do conselho de administração	57
32 Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	58
33 Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes	59

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
DTCOM - Direct to Company S.A.
Quatro Barras - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da DTCOM - Direct to Company S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DTCOM - Direct to Company S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém registrado sob a rubrica de Impostos a Recuperar – ISS a Restituir, no ativo circulante, o montante de R\$ 533.000 relativo ao respectivo tributo que foi recolhido junto ao município sede da Companhia e retido pelo cliente para recolhimento junto ao município sede do mesmo. A Administração da Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, está pleiteando, na esfera administrativa a restituição ou compensação desse valor junto à autoridade tributária municipal de seu domicílio sede/fiscal, em por entender que teria sofrido bitributação, sendo, por conseguinte, a autorização de restituição e/ou compensação sujeita a análise da daquela autoridade tributária municipal, cuja previsibilidade de desfecho neste momento é incerta, configurando-se, portanto, como um ativo contingente. A Administração não reconheceu qualquer provisão do respectivo valor até que o desfecho das discussões seja conhecido, consequentemente, em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante está sendo apresentado a maior em R\$ 533.000, e o patrimônio líquido em R\$ 352.000, líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Como mencionado na Nota Explicativa no.1 às demonstrações financeiras, a Companhia foi afetada pelos impactos decorrentes da pandemia do Corona Vírus, com redução do volume de suas operações e perda de contratos com clientes, resultando tanto na redução de sua receita operacional quanto na sua capacidade de gerar caixa para honrar seus compromissos. Ademais, a Administração revisou a base de recuperabilidade do intangível que indicou a necessidade da baixa líquida do acervo técnico, no montante de R\$ 599.000, reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esses fatores, fizeram com que a Companhia incorresse em prejuízo líquido de R\$ 4.818.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e apresentasse excesso de passivos sobre ativos circulantes de R\$ 3.846.000 e prejuízo acumulado de R\$ 68.141.000, que praticamente consome o total do patrimônio líquido da Companhia no exercício findo nesta data. A Administração considera o pressuposto de continuidade operacional da Companhia e vem empreendendo diversas ações para reverter esse cenário, no entanto, algumas das ações não dependem exclusivamente da

vontade da Administração, sendo, difícil estimar o sucesso no desfecho das mesmas. Essas condições indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
(a) Reconhecimento de receita A principal fonte de receita da Companhia advém de contratos de prestação de serviços que preveem a produção de conteúdo EAD (Ensino a Distância) sob demanda, para os segmentos acadêmico e corporativo, com entregas realizadas ao longo do tempo conforme solicitação dos seus clientes. As receitas são decorrentes de contratos de valor significativo, cujos controles internos estabelecidos requerem o acompanhamento adequado da entrega dos serviços. É necessário que os controles estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas na competência correta. Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia para reconhecimento da receita; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas, incluindo a análise de contratos, documentos fiscais e comprovantes de liquidação financeira; (iii) confirmação externa dos saldos de contas a receber junto aos clientes da Companhia; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores faturados; (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; e (vi) verificação da conciliação das bases de contas a receber com os registros contábeis. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativas nº 3 e 15. Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos razoáveis os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações estão adequadas.
(b) Acervo técnico De acordo com a nota explicativa nº 8, a Companhia possui registrado no ativo intangível, bens referentes ao acervo técnico, decorrentes da capitalização de gastos com desenvolvimento de conteúdo e cursos, os quais foram reconhecidos em exercícios anteriores e são amortizados considerando a expectativa de recuperabilidade ao longo do tempo. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de recuperabilidade, entre as quais incluem as premissas com projeções de resultado, taxa de desconto, entre outras, e, que requerem um grau de julgamento significativo por parte da Companhia, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável referente ao acervo técnico; (ii) Discussão com a administração sobre o processo de capitalização de gastos com desenvolvimento ocorrida em exercícios anteriores, incluindo o atendimento as políticas contábeis, aprovações e os controles internos quando existentes implementados; e (iii) Avaliação da razoabilidade das estimativas dos valores em uso preparada pela Administração da Companhia na determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e da metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável, bem como a avaliação da adequação das divulgações efetuadas. Como resultado dos procedimentos de auditoria executados, concluímos sobre a razoabilidade dos saldos contábeis do acervo técnico e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos, se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante, se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório da auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas; salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público.

Curitiba, 29 de março de 2022.

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 PR

Éverton Araken Paetzold
Contador CRC 1PR 047.959/O-9

DTCOM - Direct to Company S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2021	31.12.2020	PASSIVO	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	1.155	3.554	Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	511	1.214
Contas a receber de clientes (Nota 5)	2.088	1.532	Fornecedores (Nota 10)	96	2.182
Impostos a recuperar (Nota 6)	1.385	1.579	Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	5.830	6.753
Adiantamentos a fornecedores	20	77	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 12)	852	1.123
Outras contas a receber	21	45	Passivo de arrendamento (nota 20)	-	458
Despesas do exercício seguinte	84	88	Outras contas a pagar	1.310	285
Total do ativo circulante	4.753	6.875	Total do passivo circulante	8.599	12.015
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Realizável e Longo Prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	1.241	1.674
Contas a receber de clientes (Nota 5)	3.071	4.371	Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	4.774	4.545
Outros créditos	-	54	Provisão para contingências (Nota 22)	-	71
Ativo mantido para venda (Nota 21)	-	1.349	IRPJ e CSSL diferidos	-	99
	3.071	5.774	Passivo de arrendamento (nota 20)	-	889
			Adiantamento de clientes (Nota 12)	300	1.277
			Total do passivo não circulante	6.315	8.555
Imobilizado (Nota 7)	1.375	3.157	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível (Nota 8)	5.947	9.814	Capital social realizado (Nota 14. a)	68.223	55.246
	7.322	12.971	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 14. d)	-	12.977
Total do ativo não circulante	10.393	18.745	Reserva de capital (Nota 14. b)	150	150
			Reserva de reavaliação (Nota 14. c)	-	193
			Prejuízos acumulados	(68.141)	(63.516)
			Total do patrimônio líquido	232	5.050
TOTAL DO ATIVO	15.146	25.620	TOTAL DO PASSIVO	15.146	25.620

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DTCOM - Direct To Company S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por lote de mil ações)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita operacional líquida (Nota 15)	9.576	16.578
Custo dos serviços prestados (Nota 16)	<u>(7.428)</u>	<u>(11.595)</u>
Lucro (Prejuízo) Bruto	<u>2.148</u>	<u>4.983</u>
Receitas (despesas) operacionais (Nota 17)		
Despesas administrativas e gerais	(2.705)	(2.676)
Despesas com vendas	(1.116)	(1.197)
Honorários da administração	(1.160)	(896)
Outras receitas (despesas) operacionais	(723)	1.006
Outras receitas	<u>(1.228)</u>	<u>-</u>
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	<u>(4.784)</u>	<u>1.220</u>
Receitas financeiras (Nota 18)	42	27
Despesas financeiras (Nota 18)	<u>(867)</u>	<u>(1.014)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(5.609)</u>	<u>233</u>
Lucro Proveniente das Operações descontinuadas	791	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	<u>(4.818)</u>	<u>233</u>
Quantidade de ações ao final do exercício	<u>11.131</u>	<u>7.789</u>
Lucro por ação no final do exercício	<u>(0,4328)</u>	<u>0,0299</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DTCOM - Direct To Company S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(4.818)	233
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(4.818)</u>	<u>233</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DTCOM - Direct To Company S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	55.090	12.977	150	209	(63.765)	4.661
Lucro do exercício					233	233
Aumento de Capital Subscrito	156					156
Realização da reserva de reavaliação				(16)	16	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	55.246	12.977	150	193	(63.516)	5.050
Prejuízo do exercício					(4.818)	(4.818)
Aumento de capital subscrito	12.977	(12.977)				-
Realização da reserva de reavaliação				(193)	193	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	68.223	-	150	-	(68.141)	232

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DTCOM - Direct To Company S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	(4.818)	233
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4.243	4.208
IRPJ e CSSL diferidos	(99)	(101)
Juros bancários	115	247
Juros sobre parcelamentos tributários	(150)	122
Atualização do valor receber sobre precatório	1.300	-
Juros sobre arrendamento	-	84
Provisão para contingências	(71)	(5)
Valor residual do ativo intangível baixado	599	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	842	-
Baixa de ativo mantido para venda	(151)	-
Baixa de ativo intangível	-	734
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	(53)
	<u>1.810</u>	<u>5.469</u>
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(556)	(965)
Impostos e contribuições a recuperar	194	212
Adiantamentos a fornecedores	57	47
Outras contas a receber	24	370
Despesas do exercício seguinte	4	443
Outros Créditos	54	(15)
	<u>(223)</u>	<u>92</u>
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.086)	(647)
Impostos e contribuições a recolher	(694)	(522)
Obrigações sociais e trabalhistas	(271)	(678)
Outras contas a pagar	1.025	117
Passivo de arrendamento	(1.347)	(680)
Adiantamento de clientes	(977)	(1.349)
	<u>(4.350)</u>	<u>(3.759)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	<u>(2.763)</u>	<u>1.802</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	1.689
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.136)	(1.892)
Disponibilidades líquidas provenientes (aplicadas) nas atividades de financiamentos	<u>(1.136)</u>	<u>(203)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Aumento de capital social	-	156
Venda de ativo disponível para venda	1.500	-
Adições ao ativo imobilizado	-	(38)
Adições ao ativo intangível	-	(684)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>1.500</u>	<u>(566)</u>
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.399)</u>	<u>1.033</u>
Disponibilidade no início do exercício	3.554	2.521
Disponibilidade no final do exercício	1.155	3.554

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DTCOM - Direct To Company S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
1. Receitas		
1.1. Serviços prestados	11.483	17.046
1.2. Outras receitas operacionais	723	1.006
1.3. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – Reversão	-	53
	<u>12.206</u>	<u>18.105</u>
2. Insumos adquiridos de terceiros		
2.1. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	6.411	6.646
2.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	-	5
	<u>6.411</u>	<u>6.651</u>
3. Valor adicionado bruto (1-2)	<u>5.795</u>	<u>11.454</u>
4. Depreciação, amortização e exaustão	<u>4.259</u>	<u>4.208</u>
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	<u>1.536</u>	<u>7.246</u>
6. Valor adicionado recebido em transferência		
6.1. Receitas financeiras	<u>42</u>	<u>27</u>
	<u>42</u>	<u>27</u>
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)	<u>1.578</u>	<u>7.273</u>
8. Distribuição do valor adicionado		
8.1. Pessoal		
8.1.1. Remuneração direta	4.325	4.644
8.1.2. Benefícios	711	660
8.1.3. FGTS	164	200
8.2. Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1. Federais	238	411
8.2.2. Estaduais	-	-
8.2.3. Municipais	52	79
8.3. Remuneração de capital de terceiros		
8.3.1. Juros	541	453
8.3.2. Aluguel	39	82
8.3.3. Outras despesas financeiras	326	511
8.4. Remuneração de capitais próprios		
8.4.1. Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>(4.818)</u>	<u>233</u>
	<u>1.578</u>	<u>7.273</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Dtcom - Direct to Company S.A. ("Dtcom" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3, Nível Básico.

A Companhia realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico e acadêmico, a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTcom2GO).

A Companhia conta com a participação de grupos empresariais e de investidores como a, MAG Seguros e Previdência, Ouro Verde Investimentos e Participações S.A., Augustus Administração, F. Mota Administração e o Grupo Petrelli.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia desativou um de seus segmentos operacionais o "Teleporto". A representatividade deste segmento no total da receita da companhia era de 14%, conforme demonstrado abaixo.

Segmento	31.12.2021	
	Receita Líquida	%
Fábrica Acadêminco	7.176	64%
Fábrica Corporativo	759	7%
Acervo/Sistemas	1.642	15%
Teleporto	1.618	14%
	11.194	100%

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na premissa de continuidade operacional, que contempla a continuidade das operações, realização de ativos e de passivos e compromissos no curso normal dos negócios. A avaliação da Administração considera o plano de negócios da Companhia que inclui ações futuras planejadas, bem como premissas relevantes do setor da macroeconomia. As premissas foram atualizadas para considerar os principais cenários possíveis esperados pela Companhia com base em todas as informações relevantes disponíveis até a data de autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta um excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante no montante de R\$ 3.846 e um prejuízo no exercício de R\$ 4.818. Parte substancial deste prejuízo é em virtude da baixa do Imobilizado dos itens que estavam classificados como ativo intangível, para os quais não se esperava benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços e pela perda de contratos com clientes e postergação de projetos (Nota 15).

As projeções vendas e de fluxo de caixa preparadas pela Administração e apresentadas ao Conselho de Administração para 2022, indicam uma posição de liquidez suficiente para atender aos compromissos de curto prazo e compromissos de investimentos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade e linhas de crédito disponíveis para contratá-los.

Ademais, a Administração planejou ações que estará e vem sendo implementadas, objetivando a melhora do cenário econômico e financeiro da Companhia, dentre elas:

- Conseguiu negociação com a Prefeitura Municipal de Quatro Barras parte do o ISS a pagar e ISS a restituir, sem incorrer em juros de atualização, estando o saldo remanescente em análise da prefeitura, que pode resultar na compensação de cerca de R\$ 530 mil;
- Reduziu significativamente os custos fixos, readequou suas operações deixando de incorrer em aluguéis com a devolução de escritórios locados e a utilização intensiva do home-office;
- Visando a adequação de seu fluxo de caixa às obrigações tributárias, também acompanha as decisões dos órgãos governamentais a fim de incluir seus débitos de natureza tributária e não tributária, em programas de parcelamentos e/ou benefícios fiscais (redução de multas e juros, utilização de créditos tributários e prejuízos fiscais) e assim regularizar débitos tributários federais, estaduais e/ou municipais;
- Segue fazendo a gestão do seu caixa diariamente com definições de ações para buscar a melhor solução financeira a fim de preservá-lo, como o controle e corte de gastos;
- Não captou novos empréstimos que estejam relacionados à pandemia, mas tem linhas de crédito disponíveis, que, em uma necessidade imediata podem ser obtidas com aval dos acionistas ou supridas por eles no curto prazo, como já realizado em anos anteriores;
- Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados;

Cientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações, sustentada, também na percepção da solidificação cada vez maior de alunos procurando aulas remotas, situação que foi acelerada com o advento da pandemia do COVID-19

PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19)

A administração da Companhia acompanha com atenção a evolução da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), bem como seus reflexos na economia global e no mercado brasileiro. Foram adotadas as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e buscar impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. A administração segue com foco na segurança das pessoas, continuidade de nossas operações e monitoramento da liquidez.

A Companhia avaliou seus principais contratos junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas.

A Companhia monitora periodicamente a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa, bem como a existência dos indicadores de *impairment* sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

Até a emissão desta demonstração financeira, a Companhia não identificou a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2021 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados nestas demonstrações financeiras.

Com a pandemia da Covid-19, milhões de estudantes e centenas de milhares de professores tiveram que se adaptar às aulas remotas. Diante do atual cenário, percebe-se que a educação a distância tem sido um canal alternativo de estudos e aprendizagem, que ampliou as oportunidades de venda de serviços da Companhia, a qual, tem buscado aproveitar e potencializar suas vendas.

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Mesmo com o cenário de imprevisibilidade em relação à pandemia, a Administração considera que o pressuposto de continuidade continua válido, considerando todas as informações disponíveis até a data de autorização para emissão dessas informações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas baseadas no pressuposto de continuidade operacional.

A Administração da Companhia autorizou em 29 de março de 2022, a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Contábeis Adotadas no Brasil e nos IFRS requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis, e, portanto, na determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações financeiras e seus efeitos referem-se a:

- (a) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("provisão para *impairment* do contas a receber") (Nota 5);

A Companhia efetua estimativa de perda das contas a receber considerando o histórico de perdas dos clientes e as perdas esperadas baseada nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança, consistentemente com a política contábil aplicada.

- (b) Recuperabilidade e vida útil do acervo técnico classificado no ativo intangível (Nota 8).

A Companhia revisa anualmente a vida útil do acervo técnico relacionado ao desenvolvimento de cursos disponibilizado em plataforma e oferecido em forma de acesso aos seus clientes. A recuperabilidade está vinculada às premissas de geração de lucros futuros que levam em conta a estimativa de receita a ser gerada nos anos seguintes, deduzida da amortização anual.

No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras, quando realizadas, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.
- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

ii. Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem, principalmente:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR – Valor Justo por meio do Resultado

Quando existentes, esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iv. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

v. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Para os ativos financeiros que não as contas a receber de clientes classificados como ao custo amortizado, a Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas. A metodologia de "*impairment*" aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito e indicadores que possam revelar perdas.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

vi. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

vii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

3.5 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

3.7 Impostos a recuperar

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Os impostos são mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

3.8 Ativos intangíveis

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares ou que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A amortização é calculada e reconhecida em bases lineares, respeitando a vida útil estimada de utilização.

O acervo técnico é capitalizado com base nos custos incorridos para desenvolvê-lo, incluindo gastos com pessoal e serviços de terceiros. A amortização ocorre linearmente conforme a vida útil do acervo, que é estabelecida a partir do período de tempo que a Companhia espera obter benefícios econômicos futuros.

3.9 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, máquinas, equipamentos e edificação. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos.

Anteriormente, a Companhia optou por adotar o conceito de “deemed cost” constante do Pronunciamento Técnico do CPC nº 27 e ICPC nº 10.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais”, na demonstração do resultado.

3.10 Direito de uso em arrendamento

Um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento.

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a CPC 01.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros. A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de baixo valor.

3.11 Ativo mantido para venda

O Grupo classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda. O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

3.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.16 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas conforme nota explicativa nr. 14 e classificadas no patrimônio líquido, sendo divididas em ordinárias e preferenciais.

3.17 Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício. Não há instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos exercícios apresentados.

3.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.19 Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente, despesas operacionais o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social. Ela tem mais que um segmento?

3.20 Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.21 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com diretos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços).

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.22 Operações descontinuadas

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a impairment. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados separadamente em nota explicativa. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. Qualquer participação de acionistas não controladores relativa ao grupo de ativos mantidos para venda é apresentada no patrimônio líquido, não sendo reclassificada no balanço patrimonial.

3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2021:

- **Reforma da IBOR - Fase 2:** alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". Exceções temporárias na aplicação das referidas normas, em relação aos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros que permite mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício.
- **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos":** reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras em razão da não aplicabilidade das situações.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB em maio de 2020 e tem efetiva aplicação a partir de 1o de janeiro de 2022. Não há efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 16 "Ativo Imobilizado"	Proibição de uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"	Esclarecimento que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
IFRS 3 "Combinação de Negócios"	Tem por objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.
Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020	Aplicáveis a partir de 1o de janeiro de 2022: i. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. ii. IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. iii. IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"	Esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório).
IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Não há outras normas IFRS/CPCs ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Recursos em caixa e depósitos bancários	323	3.444
Aplicações financeiras equivalentes de caixa	832	110
	1.155	3.554

As aplicações financeiras têm liquidez diária, com remuneração média correspondendo à 103% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber têm um prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.

	31.12.2021	31.12.2020
Públicos	20	4.626
Privados	5.139	2.674
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.397)
	5.159	5.903
Circulante	2.088	1.532
Não circulante	3.071	4.371
	5.159	5.903

Como critério para constituição da PCLD, a Companhia efetuou uma análise de seus títulos vencidos de acordo com as perdas esperadas e não identificou a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2021.

O saldo no ativo não circulante refere-se ao recebível junto ao Estado de Sergipe. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo corresponde a R\$ 3.071 (R\$ 4.371 e 31 de dezembro de 2020). A DTCOM é titular de precatório com valor superior ao valor da soma dos débitos apontados, e que tem valor histórico de aproximado de R\$ 2.249, com referência para a data-base de 01 de março de 2017.

No segundo trimestre de 2021, a Administração, com suporte de uma empresa terceirizada com experiência em precatórios, reavaliou se o valor contábil estava compatível com os valores de realização face as questões de negociação dos valores e atualização pelos índices oficiais praticados pelo mercado. O resultado da avaliação, indicou a necessidade de uma redução de

R\$ 1.300 no valor atual, cujo montante foi reconhecido no resultado. Na visão da administração, reflete o melhor valor estimado da sua recuperação. Devido à expectativa de recebimento ser superior a 12 meses, o montante é apresentado no ativo não circulante.

A idade dos títulos a receber está demonstrada a seguir:

Vencimento do contas a receber bruto	31.12.2021	31.12.2020
A Vencer	2.082	1.254
Vencido com atraso de:	-	-
01 a 30 dias	6	276
31 a 60 dias	-	2
61 a 90 dias	-	-
90 a 180 dias	-	-
Mais de 180 dias	3.071	5.768
	5.159	7.300

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

Saldo em 31.12.2019	1.450	1.450
Adições		
Baixas	(53)	(53)
Saldo em 31.12.2020	1.397	1.397
Adições	-	-
Baixas	(1.397)	-
Saldo em 31.12.2021	-	1.397

A reversão da PCLD foi realizada como compensação da baixa de títulos a receber que estavam registrados na rubrica de contas a receber de clientes, portanto, sem gerar impacto no resultado.

6 IMPOSTOS A RECUPERAR (ATIVO) E IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (PASSIVO)

A Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios passados. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais a incorrer no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia.

Os impostos a recolher são compostos por contribuições municipais, federais e estaduais. A Companhia também apresenta em seu balanço parcelamentos tributários de ISS e INSS.

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo - a recuperar:		
Imposto de renda e contribuição social a restituir	736	772
ISS a restituir	533	797
Outros	116	10
	1.385	1.579
	31.12.2021	31.12.2020
Passivo - a recolher:		
Tributos federais (i)	2.722	3.399
Tributos estaduais	-	651
Tributos municipais	137	122
Parcelamento de tributos federais (i)	7.096	6.312
Parcelamento de tributos estaduais	605	236
Parcelamento de tributos municipais	54	578
	10.614	11.298
Circulante	5.830	6.753
Não circulante	4.774	4.545
	10.604	11.298

Na rubrica de ISS a restituir está registrado os valores de ISS pagos ao município de Quatro Barras-PR referente a prestação de serviços para cliente de outro município, o qual, reteve parte dos pagamentos a título de tributação de ISS no município onde está localizada a sede do cliente. A Administração com apoio dos seus assessores jurídicos entende que sofreu bitributação por este serviço e está pleiteando administrativamente a restituição ou compensação destes valores. Nenhuma provisão foi constituída.

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar, decorrentes de tributos a recolher aos governos.

Abaixo apresentamos os saldos de tributos federais e parcelamento de tributos federais:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2021	31.12.2020
Passivo - a recolher:		
IRPJ a pagar	2.102	2.071
CSLL a pagar	488	488
Fust/Funtell	74	750
Outras	58	90
Tributos federais (i)	2.722	3.399
Parcelamento Simplificado Pis/Cofins/ IRF e CSLL	4.717	3.515
Parcelamento Simplificado INSS	2.379	2.797
Parcelamento de Tributos federais (i)	7.096	6.312

7 IMOBILIZADO

(a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020		
	Vida Útil	Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido	Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido
Móveis e utensílios	10a.	1.069	(977)	92	1.069	(954)	115
Equipamentos de som e imagem	10a.	8.705	(8.586)	119	8.705	(8.532)	173
Equipamentos de recepção e transmissão	10a.	11.929	(10.931)	998	11.929	(10.518)	1.411
Equipamentos de informática	5a. e 10a.	2.691	(2.569)	122	2.690	(2.537)	153
Outros itens	10a.	441	(397)	44	439	(389)	50
Bens e Direito de uso		-	-	-	2.508	(1.253)	1.255
		24.835	(23.460)	1.375	27.340	(24.183)	3.157

(b) Movimentação do Imobilizado

	31.12.2020				31.12.2021
Custo	Custo	Adições	Baixas	Transferências (i)	Custo
Móveis e utensílios	1.069	-	-	-	1.069
Equipamentos de som e imagem	8.705	-	-	-	8.705
Equipamentos de recepção e transmissão	11.929	-	-	-	11.929
Equipamentos de informática	2.690	1	-	-	2.691
Outros itens	439	2	-	-	441
Bens e Direito de uso	2.508	-	(2.508)	-	-
	27.340	3	(2.508)	-	24.835
Depreciação	(24.184)	(942)	1.666		(23.460)
Total Imobilizado	3.157	(939)	(842)	-	1.375

Anualmente, ou quando houver indicação de uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por *impairment*. Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo imobilizado da Companhia. A baixa dos direitos de uso ocorreu em razão do encerramento dos

contratos de arrendamento, tendo gerado, portanto, contrapartida contra as contas de arrendamento no passivo.

8 INTANGÍVEL

(a) Composição

	Taxa anual de amortização	31.12.2021			31.12.2020		
		Custo de aquisição	Amortização	Saldo Contábil Líquido	Custo de aquisição	Amortização	Saldo Contábil Líquido
Software	10a.	3.642	(2.248)	1.394	3.642	(1.853)	1.789
Acervo (i)	5a. e 10a.	12.478	(8.946)	3.532	12.478	(6.556)	5.922
Gastos com desenvolvimento de projetos	10a.	4.298	(3.277)	1.021	4.298	(2.195)	2.103
		20.418	(14.471)	5.947	20.418	(10.604)	9.814

- (i) O acervo ou acervo técnico é fruto de toda a produção de conteúdo feita pelo time DTCOM e é utilizado de uma forma sustentável para o desenvolvimento de novos conteúdos ou comercialização.

Produção

Na etapa de produção sempre que o contrato permite e é possível convergir a ementa da disciplina com o conteúdo que já está produzida, o acervo é reaproveitado reduzindo-se os custos de desenvolvimento/produção.

Comercialização

A comercialização é segregada em corporativo e acadêmico. O acervo é disponibilizado em plataforma digital e os cursos são acessados pelos usuários.

(b) Movimentação do Intangível

	31.12.2020				31.12.2021
Custo	Custo	Adições	Baixas	Transfêrencias	Custo
Software	3.642	-	-	-	3.642
Acervo Técnico	12.478	-	(875)	-	11.603
Gastos com desenvolvimento de projetos	4.298	-	(529)	-	3.769
	20.418	-	(1.404)	-	19.014
Amortização	(10.604)	(3.268)	805	-	(13.067)
Total Intangível	9.814	(3.268)	(599)	-	5.947

A Companhia analisou e revisou os itens componentes do seu ativo intangível, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente que tivessem indícios de não recuperabilidade. De modo geral, a administração analisou se os cursos pertencentes ao acervo técnico poderiam ser remodelados e atualizados para continuarem sendo oferecidos em sua plataforma. Durante o processo de revisão, foram identificados itens do acervo técnico e de certos gastos com desenvolvimento de projetos cuja remodelação não seria viável economicamente e que estavam em situação de imparidade.

Em 2021, a Companhia procedeu com a baixa dos itens no montante líquido de R\$ 599, que estavam classificados como ativo intangível, para os quais não se espera benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, como mostra o quadro acima.

9 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de juros	Vencimentos	31.12.2021		31.12.2020	
			Não		Não	
			Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
<u>Empréstimos</u>						
Banco ABC Brasil S.A. Nº 3748115	CDI + 7,44% a.a	05/05/2021	-	-	679	
BRDE - SC - Financiamento 2.35566.01.0 - KOL	TJLP + 0,54% a.m	01/01/2023	271	-	282	238
BRDE - DTCOM	TJLP + 0,4% a.m	15/04/2027	240	1.241	253	1.436
			511	1.241	1.214	1.674

Devido às medidas de controle de caixa e custos, bem como por meio da venda do seu terreno, a administração da Companhia, reduziu seu endividamento bancário, cujo saldo totaliza R\$ 1.752 em 31 de dezembro 2021 (R\$ 2.888 em 31 de dezembro de 2020).

(a) Cronograma de Pagamentos

Em 31 de dezembro de 2021, a amortização principal dos empréstimos com instituições financeiras apresentava os seguintes vencimentos:

<u>Vencimentos</u>	<u>Valores</u>
2022	511
2023	334
2024 em diante	907
	1.752

Os financiamentos foram contratados às taxas praticadas para o respectivo setor, tendo como garantias hipoteca de imóvel pertencente a alguns dos sócios controladores, bem como aval dos membros do conselho de administração.

10 FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores nacionais são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e cujo vencimento é de até 12 meses. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo corresponde a R\$ 96 (R\$ 2.182 em 31 de dezembro de 2020).

11 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A rubrica de Obrigações Sociais e Trabalhistas a Pagar, tem como função registrar as obrigações referentes a salários, remunerações, benefícios, encargos sociais e provisões de férias e 13º salário a pagar. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo corresponde a R\$ 852 (R\$ 1.123 em 31 de dezembro de 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2021	31.12.2020
Salários a Pagar	123	145
INSS a pagar	321	430
Provisão de férias e 13º salário	266	281
Outros	142	267
	852	1.123

12 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Uma parcela significativa das receitas registradas pela Companhia é proveniente de contratos com clientes, os quais preveem a entrega de determinados serviços ao longo de um período de tempo. Desta forma, a Companhia mensura suas receitas a partir da efetiva entrega dos serviços contratados pelos clientes. A parcela dos serviços faturados e ainda não entregues, é registrada como Adiantamento de Clientes. Estes valores são reconhecidos no resultado do exercício apenas quando há a efetiva entrega do serviço contratado. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo corresponde a R\$ 300 (R\$ 1.277 em 31 de dezembro de 2020).

13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, e na incerteza da disponibilidade de lucros tributáveis futuros. Este crédito tributário potencial não reconhecido, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é assim resumido:

	31.12.2021		Total	31.12.2020		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
Base negativa de contribuição social		58.428			53.661	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	58.428			53.661		
Base de cálculo	58.428	58.428		53.661	53.661	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	14.607	5.259	19.866	13.415	4.829	18.244
(-) Crédito tributário registrado	-	-	-	(10)	(4)	(14)
Crédito tributário potencial não registrado	14.607	5.259	19.866	13.405	4.825	18.230

14 PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 68.223 mil (R\$ 55.246 em 31 de dezembro de 2020), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e

setenta e seis) ações ordinárias 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2021, foi deliberado alterar a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social no valor de R\$ 13.132.959,60 (treze milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), por meio da emissão de 3.341.720 novas ações ordinárias, aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2020. Deste montante, R\$ 156.608,35 é referente à subscrição de acionistas minoritários ocorrida em 2020, e R\$ 12.977.350,00 é resultado da conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, ocorrida em janeiro de 2021. As novas ações emitidas, foram precificadas em R\$ 3,93 por ação, obedecendo conjuntamente aos três critérios previstos no parágrafo 1º do art. 170 da Lei 6.404/76 e reproduzindo de forma mais realista possível os parâmetros econômico-financeiros da Companhia.

Em consequência, na referida data o capital social integralizado da Companhia foi alterado para R\$ 68.223.102,16 (sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e dois reais e dezesseis centavos), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais.

(b) Reserva de capital

O saldo de reserva de capital foi constituído no passado e é mantido para dar reforço ao capital. Sua destinação só ocorrerá por meio de incorporação ao capital social, absorção de prejuízos, resgate ou reembolso de ações.

(c) Reserva de reavaliação

Constituídos em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação foi realizada neste exercício devido a baixa dos bens reavaliados.

(d) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

O valor registrado até 2020 como adiantamento para futuro aumento de capital foi integralizado como capital social em 28 de janeiro de 2021, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, conforme exposto no item (a).

(e) Prejuízos acumulados / Lucro líquido (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.818)	233
Quantidade de ações ao final do período (em milhares)	11.131	7.789
Lucro (prejuízo) por ação no final do exercício	<u>(0,4328)</u>	<u>0,0299</u>
	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações ordinárias		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(4.623)	220
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares)	10.680	7.339
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	<u>(432,86)</u>	<u>29,91</u>
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações preferenciais		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(195)	13
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares)	450	450
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	<u>(433,47)</u>	<u>29,96</u>

15 RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
<u>Receitas</u>		
. Prestação de serviços	<u>9.660</u>	<u>16.818</u>
Total das Receitas Operacionais	<u>9.660</u>	<u>16.818</u>
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Impostos sobre vendas	(84)	(306)
. Receita a Realizar diferida	<u></u>	<u>(1.601)</u>
Total das deduções	<u>(84)</u>	<u>(1.907)</u>
Total das Receitas Operacionais, líquidas	<u>9.576</u>	<u>14.911</u>

A queda de receitas em 2021, no comparativo com o mesmo período do ano anterior, foi em razão da aceleração na produção de conteúdo sob demanda, impulsionadas principalmente por dois grandes clientes nos primeiros seis meses de 2020. Já em 2021, a Companhia teve redução no ingresso de novos projetos, influenciado pelo cenário econômico atual.

A avaliação da Companhia quanto ao desempenho apurado é bastante satisfatória, mesmo com a queda da receita comparado com o ano anterior, a Companhia considera este desempenho como positivo, face os desafios que o ano de 2021 impôs ao mercado. Principalmente pelos efeitos da pandemia de coronavírus (covid-19), que inevitavelmente comprometem o desenrolar dos negócios, vários projetos que estão previstos para ocorrer no referido período foram postergados para o exercício seguinte.

16 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	(1.858)	(2.492)
. Produção de conteúdo/gravação	(2.778)	(4.950)
. Depreciações e amortizações	(1.966)	(2.789)
. Serviços de terceiros	(710)	(467)
. Energia Elétrica	(116)	(95)
Total dos custos dos serviços prestados	<u>(7.428)</u>	<u>(10.793)</u>

17 DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	31.12.2021	31.12.2020
<u>Despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>		
. Pessoal	(1.239)	(1.230)
. Depreciações e amortizações	(286)	(603)
. Serviços de terceiros	(1.032)	(709)
. Honorários da Administração	(1.160)	(896)
. Impostos e taxas administrativas	(148)	(134)
<u>Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>	<u>(3.865)</u>	<u>(3.572)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
. Pessoal	(942)	(886)
. Serviços de assessoria e consultoria	(18)	(273)
. Serviços de terceiros	(151)	(38)
. Depreciações e amortizações	(5)	-
<u>Total das despesas comerciais</u>	<u>(1.116)</u>	<u>(1.197)</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.951)	1.006
<u>Total das outras receitas operacionais</u>	<u>(1.951)</u>	<u>1.006</u>

Na linha “Outras receitas (despesas) operacionais” estão inclusos os seguintes efeitos, principalmente: (i) perda por revisão da expectativa de realização dos recebíveis de Sergipe no montante de R\$ 1.300 (Nota 5); ii) a baixa de itens do ativo intangível (Nota 10) no montante de R\$ 1.404; e (iii) o ganho obtido com a venda do terreno (Nota 27) no montante de R\$ 1.651.

18 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31.12.2021	31.12.2020
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros pagos ou incorridos	(426)	(205)
Juros s/ Empréstimos	(115)	(247)
Multas	(158)	(456)
Outros	(168)	(106)
	<u>(867)</u>	<u>(1.014)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Descontos obtidos e rendimento de aplicações	42	27
	<u>42</u>	<u>27</u>
Resultado Financeiro	<u>(825)</u>	<u>(987)</u>

19 RECONCILIAÇÃO DO CÁLCULO DO IR/CS À ALÍQUOTA EFETIVA

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.818)	233
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Imposto à alíquota vigente	<u>1.638</u>	<u>(79)</u>
Ajustes:		
Despesas indedutíveis para fins de imposto de renda	(154)	(88)
Exclusões do período:		
Receitas a realizar	180	1.498
Crédito de imposto não reconhecido	<u>(1.663)</u>	<u>(1.330)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

20 OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - IFRS16 / CPC 06

Em 31 de dezembro de 2021, em virtude da desativação de um dos segmentos operacionais da Companhia o "Teleporto", foi encerrado o contrato junto a SES, provedor do satélite. O contrato era com vencimento em 2024, porem uma cláusula previa que ambas as partes poderiam rescindir em 31.12.2021, sem prejuízo para nenhuma das partes. Com o encerramento deste contrato baixamos os valores reconhecidos como arrendamento. A companhia não tem até a data desta demonstração nenhum contrato passível de registro em Arrendamento mercantil.

A movimentação do arrendamento por direito de uso está demonstrada a seguir:

Contas contábeis	31.12.2021	31.12.2020
Bens de direito de uso - Ativo imobilizado	-	2.508
Depreciação Acumulada - Ativo imobilizado	-	(1.253)
Arrendamento - Passivo não circulante	-	(1.347)

21 ATIVO MANTIDO PARA VENDA

O Conselho de Administração da Companhia reuniu-se em 30 de outubro de 2020 para celebrar a 80ª Reunião do Conselho de Administração, cuja pauta foi aprovar a venda do imóvel situado à Avenida Dom Pedro II, 1720 na Cidade de Quatro Barras - Paraná, perfazendo uma área de 15.000 mil metros quadrados. A avaliação do imóvel foi realizada por três empresas especializadas e terceirizadas, e indicou um valor realizável aproximado de R\$ 3.000 mil, que é superior ao contábil, incluindo a dedução das despesas de venda. O custo do ativo disponível para venda em 31 de março de 2021 era de R\$ 1.349 mil.

O Conselho de Administração da Companhia reuniu-se em 31 de março de 2021 para análise de proposta de alienação do imóvel da sede. Relatou-se a busca por potenciais compradores, mediante contratação de corretor de imóveis com vasta atuação na região de Quatro Barras, no valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais), montante este identificado a partir da média das avaliações realizadas por profissionais habilitados. Todavia, nenhuma proposta foi apresentada pelo corretor contratado. Em vista da ausência de propostas e considerada a relevância da alienação, pelos motivos já expostos, os acionistas Terra Nova Empreendimentos e Consultoria S.A, Ouro Verde Participações S/A, Augustus Administração S.A., F. Mota Administração e Empreendimentos Ltda. apresentaram proposta de aquisição do imóvel, pelo valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais). Adicionalmente, a proposta congloba a possibilidade de ocupação do imóvel pela Companhia, mediante contraprestação em aluguéis inferiores aos parâmetros de mercado, enquanto vigentes contratos atinentes à utilização do teleporto, garantindo, assim, a preservação do melhor interesse da Companhia.

Tendo em vista os eventos expostos acima, a Companhia procedeu com a baixa contábil, em abril de 2021, do saldo registrado na rubrica "Ativo disponível para venda".

22 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui alguns processos nas áreas trabalhistas e previdenciárias, responsabilidade civil. Os processos apresentados neste item foram selecionados considerando, principalmente, sua capacidade de representar impacto significativo no patrimônio da Companhia, na capacidade financeira ou nos negócios.

Para identificar o grau deste impacto, a Companhia possui três categorias de risco de perda: Perda provável (que requerem provisionamento de recursos); Perda possível (que não requerem provisionamento de recursos); Perda remota (que não requerem provisionamento de recursos), esta avaliação de risco é realizada por advogados externos.

Os valores, quando provisionados, são suficientes para cobertura dos riscos apontados, sendo os mesmos atualizados com base nos relatórios apresentados pelos consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, estão identificados a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Ações Trabalhistas	-	71
	-	71

O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda de ações judiciais e administrativas, repassado conjuntamente com os advogados externos, responsáveis pela condução dos processos. Somente encontram-se provisionados valores relativos aos processos cujo prognóstico apurado com os advogados externos é provável.

Não há outros processos em curso no âmbito judicial com probabilidade de perda possível.

23 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS EMPREGADOS

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 30 de abril de 2021 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 2.000 milhões para o exercício de 2021.

A remuneração dos diretores estatutários em 31 de dezembro de 2021 foi R\$ 1.160 (R\$ 896 em 2020).

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

(a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela Companhia. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

(b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

24 SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os segmentos operacionais definidos. A Administração definiu como segmentos operacionais: Fábrica Acadêmico, Fábrica Corporativo, acervo/sistemas e Teleporto.

25 OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Em 31 de dezembro a operação do Teleporto foi descontinuada em razão da não renovação de contrato de prestação de serviços junto ao cliente Intralot do Brasil Comércio de Equipamentos e Programas de Computados Ltda., comunicada no mês de dezembro/2021. Em 31 de dezembro a Companhia cancelou o contrato de aluguel do satélite utilizado para a operação o Teleporto. Não há outros ativos vinculados diretamente a essa operação.

31.12.2021					
Operações continuadas					Operação descontinuada
	Fábrica Acadêmíno	Fábrica Corporativo	Acervo/Sistemas	Total	Teleporto
Receita Bruta	7.176	790	1.694	9.660	1.823
(-) Impostos	-	(31)	(53)	(84)	(205)
(-) Custos Variáveis	(2.297)	(281)	(293)	(2.870)	(827)
(=) Margem de Contribuição	4.879	478	1.349	6.705	791
%	68%	60%	80%	69%	43%
			(-) Custos fixos:		
			Marketing	(1.235)	
			Produção	(1.578)	
			Administrativo	(2.321)	
			Depreciação	(4.703)	
			(=) Resultado Operacional	(3.131)	
31.12.2020					
Operações continuadas					Operação descontinuada
	Fábrica Acadêmíno	Fábrica Corporativo	Acervo/Sistemas	Total	Teleporto
Receita Bruta	14.186	1.343	1.289	16.818	1.829
(-) Impostos	(164)	(55)	(87)	(306)	(162)
(-) Custos Variáveis	(4.336)	(491)	(236)	(5.063)	(802)
(=) Margem de Contribuição	9.686	797	966	11.449	865
%	68%	59%	75%	68%	47%
			(-) Custos fixos:		
			Marketing	(1.361)	
			Produção	(2.468)	
			Administrativo	(2.571)	
			Depreciação	(4.115)	
			(=) Resultado Operacional	935	

Os resultados do exercício da operação descontinuada estão apresentado a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Operações descontinuadas		
Receita de Vendas, Líquida	1.618	1.667
Custos/despesas da operação descontinuada	(827)	(802)
Lucro das operações	791	865

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(a) Composição dos saldos

Os valores constantes as contas patrimoniais, com instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada em 31 de dezembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil.

Instrumentos financeiros não derivativos	31.12.2021			31.12.2020		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	1.155	-	1.155	3.554	-	3.554
Contas a receber de clientes	2.088	3.071	5.159	1.532	4.371	5.903
Outras contas a receber	21	-	21	45	-	45
	<u>3.264</u>	<u>3.071</u>	<u>6.335</u>	<u>5.131</u>	<u>4.371</u>	<u>9.502</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	511	1.241	1.752	1.214	1.674	2.888
Fornecedores	96	-	96	2.182	-	2.182
Passivo de arrendamento	-	-	-	458	889	1.347
	<u>607</u>	<u>1.241</u>	<u>1.848</u>	<u>3.854</u>	<u>2.563</u>	<u>6.417</u>

- (1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do período está demonstrada na nota 5.
- (2) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do período está demonstrada na nota 9.

(b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e as aplicações financeiras têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Contas a receber

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Fornecedores

As transações com fornecedores são registradas inicialmente pelos seus valores nominais acrescidas, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado, estando o valor contábil próximo do valor de mercado em decorrência do vencimento a curto prazo e/ou do ajuste ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Derivativos

Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.

Limitações

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

Hierarquia do valor justo

Considerando a inexistência de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, não é aplicável a divulgação do nível de hierarquia.

(c) Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades. A Companhia não opera instrumentos em moeda estrangeira, portanto, não considera esse risco como relevante para suas operações.

i. Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia ou outro ativo financeiro deixe de estar disponível, como os recursos aplicados em instituições financeiras.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco).

ii. Risco de Liquidez

A gestão de liquidez é feita pela Diretoria, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a administração da Companhia analisou e concluiu que tem instrumentos de ação para assegurar a liquidez e obter recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los ou recorrer a recursos dos acionistas, os quais, tem compromisso de manter a continuidade dos negócios.

iii. Risco de Taxas de Juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento e as aplicações financeiras da Companhia estão sujeitos à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas.

iv. Análise de sensibilidade

A Companhia possui ativos e passivos atrelado a taxa de juros em 31 de março de 2021 e desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, expostos a tais riscos. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. As taxas estão demonstradas conforme o percentual do cenário considerado pela administração.

OPERAÇÃO	TAXA MÉDIA DE JUROS	RISCO	ATIVO (PASSIVO) POSIÇÃO EM 31.12.2021	CENÁRIO PROVÁVEL	RISCO DE REDUÇÃO		RISCO DE AUMENTO		
					CENÁRIO 1 POSSÍVEL	CENÁRIO 2 REMOTO	CENÁRIO 1 POSSÍVEL	CENÁRIO 2 REMOTO	
CDI					2,38%	2,00%	1,00%	2,98%	3,50%
Aplicação Financeira	103% da CDI	Flutuação do CDI	832	20	17	8	25	29	
TJLP					4,55%	4,00%	3,00%	5,69%	6,00%
Empréstimos									
BRDE - SC	TJLP + 0,54% a.m	Flutuação do TJLP	(271)	(12)	(11)	(8)	(15)	(16)	
BRDE - DTCOM	TJLP + 0,4% a.m	Flutuação do TJLP	(1,481)	(67)	(59)	(44)	(84)	(89)	

v. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31.12.2021	31.12.2020
Total de Empréstimos (nota 11)	1.752	2.888
Menos: Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	(1.155)	(3.554)
Dívida Líquida	597	(666)
Total do Patrimônio Líquido	232	5.050
Total do Capital	829	4.384
Índice de alavancagem financeira	72%	-15%

27 COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas contratadas, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, correspondem a:

Descrição	Tipo de seguro	31.12.2021	30.09.2020
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	6.070	6.070
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros		

* * *

DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A

Companhia Aberta

CNPJ: 03.303.999/0001-36

NIRE: 41 3 0001789-1

Relatório da Administração

2021



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Leonardo Petrelli Netto

Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho

João Elisio Ferraz de Campos

Mônica Molina

Norton Paim Moreira

Eduardo Petrelli

DIRETORIA

Aryovaldo Mazzi Neto

Diretor Presidente

Ricardo D' Epiro Coelho

Diretor Comercial

João Henrique Suleiman

Diretor de Projetos e Tecnologia

Ademir Marcon

Diretor de Produção

Cristiane de Fátima Fialla

Diretora Adm., Financ., DRI e

Contadora – CRC/PR 2017/00002375

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a DTCOM Direct to Company S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários

("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

1. Quem Somos

São mais de 20 anos de história e pioneirismo na educação digital. Começamos com a solução via satélite, passamos pela educação on-line, e hoje somos referência no ensino digital. Ajudamos diversas empresas e instituições de ensino a fazerem a educação chegar mais longe, contribuindo com o desenvolvimento de milhões de pessoas ao longo de nossa história.

Nossa operação digital está sediada em Florianópolis, verdadeiro hub brasileiro de tecnologia. Contamos com uma equipe multidisciplinar e com foco educacional. Em Curitiba, temos toda infraestrutura de telecomunicação; em São Paulo, acontece nossa operação audiovisual e é onde decidimos fixar nosso escritório comercial para ficarmos mais próximos dos nossos clientes.

Desde 2000, na Bovespa, a DTCOM desenvolve processos com transparência e solidez, além de contar com um time de renome no conselho de acionistas, que depositam sua confiança em nossos resultados.

DTCOM realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico, acadêmico entre outros, customizado (Inteligência Educacional e WAYCO), a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTcom2GO).



Somos movidos pela aprendizagem digital. Afinal, estamos em constante movimento para enfrentar os desafios do dia a dia e propor soluções educacionais que mobilizam a sociedade ao nosso redor. É por isso que a DTCOM entrega o que há de melhor para você fazer a diferença desde a sua formação até o contínuo desenvolvimento de competências para o seu sucesso profissional.

2. Onde atuamos

Estamos presentes em toda a vida do indivíduo, desde a formação básica até a superior, seja com soluções completas em grandes grupos educacionais ou com tecnologia de base para empresas que buscam formar os seus colaboradores com foco em competências. É por isso que a DTCOM atua de maneira ampla, trazendo produtos e serviços com foco na experiência do indivíduo.

3. Estrutura Societária

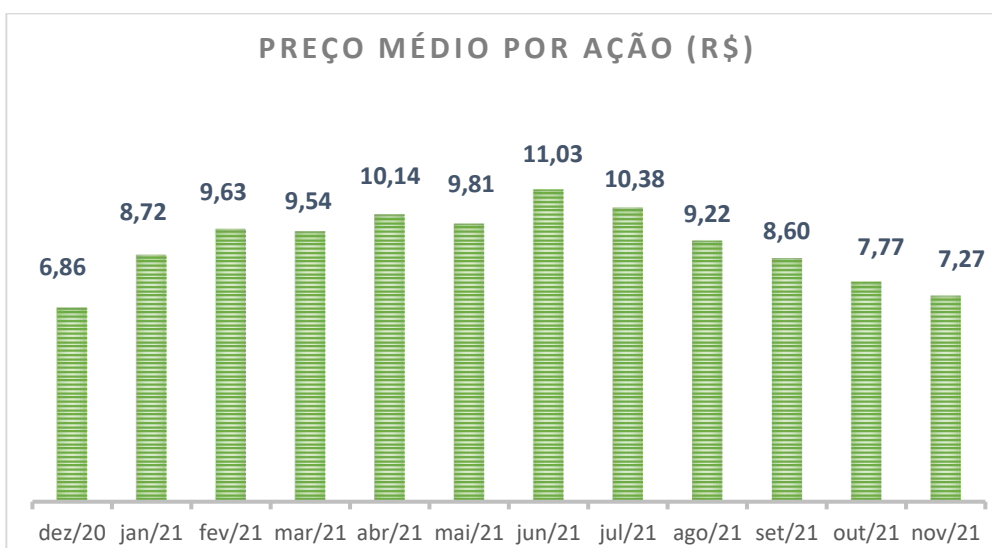
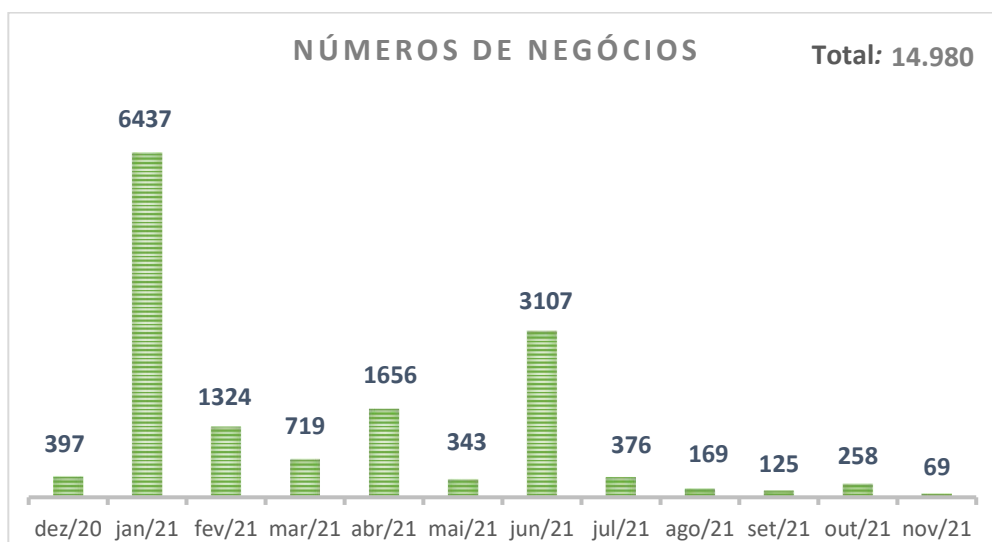
O capital social, subscrito e integralizado é de 68.223.102,16 (sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e dois reais e dezesseis centavos), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferencias, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

4. Performance no mercado de ações

A Companhia negocia suas ações na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), com o código DTCY3. Em 31 de dezembro de 2021 haviam 431.374 ações ordinárias em circulação no mercado, correspondentes a 3,87% do capital social da Companhia.



5. Conselho de Administração - CA

É um órgão de deliberação colegiado, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas e composto por composto de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 7 (sete) membros, acionistas, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo na forma do Estatuto Social da DTCOM. O mandato é de 03 (três) ano, permitida a reeleição. As reuniões extraordinariamente ocorrem sempre que necessário. A Companhia conta com a participação de grupos empresariais e de investidores como a, MAG Seguros e Previdência, Ouro Verde Investimentos e Participações S.A., Augustus Administração, F. Mota Administração e o Grupo Petrelli.

6. Diretoria

É um órgão de deliberação colegiado que tem como atribuição a gestão dos negócios da DTCOM, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Composta por até 07 (sete) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País. O mandato é de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura conjunta de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, de um Diretor conjuntamente com um procurador, ou de dois procuradores com poderes especiais.

O Conselho de Administração poderá autorizar um só Diretor a representar a Companhia, para a prática de determinados atos ou negócios, devendo a ata de reunião mencionar expressamente os atos e operações e ser arquivada no Registro do Comércio.

Os mandatários da Companhia serão sempre constituídos por procuração assinada pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, na qual serão especificados os poderes outorgados e o prazo do mandato que, com exceção dos mandatos "ad judícia", não poderá ser superior a 1 (um) ano.

7. Desempenho econômico-financeiro

A análise de desempenho da Companhia remete ao aprofundamento dos balizares do negócio, como meio de identificar as ameaças, oportunidades e definir diretrizes que busquem a perenidade do projeto.

A queda de receitas em 2021, no comparativo com o mesmo período do ano anterior, foi em razão da aceleração na produção de conteúdo sob demanda, impulsionadas principalmente por dois grandes clientes nos primeiros seis meses de 2020. Já em 2021, a Companhia teve redução no ingresso de novos projetos, influenciado pelo cenário econômico atual.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Receitas</u>		
. Prestação de serviços	9.660	16.818
Total das Receitas Operacionais	9.660	16.818
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Impostos sobre vendas	(84)	(306)
. Receita a Realizar diferida		(1.601)
Total das deduções	(84)	(1.907)
Total das Receitas Operacionais, Líquidas	<u>9.576</u>	<u>14.911</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31.12.2021	31.12.2020
Total de Empréstimos (nota 11)	1.752	2.888
Menos: Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	(1.155)	(3.554)
Dívida Líquida	597	(666)
Total do Patrimônio Líquido	232	5.050
Total do Capital	829	4.384
Índice de alavancagem financeira	72%	-15%

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta um excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante no montante de R\$ 3.846 e um prejuízo de R\$ 4.818. Parte substancial deste prejuízo é em virtude da baixa do Imobilizado dos itens que estavam classificados como ativo intangível, para os quais não se esperávamos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

As ações planejadas e que vem sendo realizadas são:

- A Companhia conseguiu negociação com a Prefeitura Municipal de Quatro Barras parte do o ISS a pagar e ISS a restituir, sem incorrer em juros de atualização, estando o saldo remanescente em análise da prefeitura, que pode resultar na compensação de cerca de R\$ 530 mil;
- A Companhia reduziu significativamente os custos fixos, readequou suas operações deixando de incorrer em aluguéis com a devolução de escritórios locados e a utilização intensiva do home-office;
- Impostos a recolher: a Administração da Companhia, visando a adequação de seu fluxo de caixa às obrigações tributárias, também acompanha as decisões dos órgãos governamentais a fim de incluir seus débitos de natureza tributária e não tributária, em programas de parcelamentos e/ou benefícios fiscais (redução de multas e juros, utilização de créditos tributários e prejuízos fiscais) e assim regularizar débitos tributários federais, estaduais e/ou municipais;
- Gestão de Fluxo de caixa, apresentou desafios para a gestão imediata do fluxo de caixa sendo necessário o controle e corte de gastos para a minimização das saídas e a Administração da Companhia segue fazendo a gestão do seu caixa diariamente com definições de ações para buscar a melhor solução financeira a fim de preservá-lo;
- A Companhia não captou novos empréstimos que estejam relacionados à pandemia, mas tem linhas de crédito disponíveis, que, em uma necessidade imediata podem ser obtidas com aval dos acionistas ou supridas por eles no curto prazo, como já realizado em anos anteriores;
- Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia desativou um de seus segmentos operacionais o "Teleporto". A representatividade deste segmento no total da receita da companhia era apenas de 14%, conforme demonstrado abaixo. A desativação deste segmento não trará impactos para o fluxo de caixa da companhia tendo em vista sua representatividade no total da receita.

Segmento	31.12.2021	
	Receita Líquida	%
Fábrica Acadêminco	7.176	64%
Fábrica Corporativo	759	7%
Acervo/Sistemas	1.642	15%
Teleporto	1.618	14%
	11.194	100%

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Administração acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

A Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

A Companhia acredita que possui estrutura de capital adequada a suas operações e nível confortável de alavancagem financeira.

A administração da Companhia acompanha com atenção a evolução da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), bem como seus reflexos na economia global e no mercado brasileiro.

Foram adotadas as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e buscar impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. A administração segue com foco na segurança das pessoas, continuidade de nossas operações e monitoramento da liquidez.

A Companhia monitora periodicamente a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa, bem como a existência dos indicadores de impairment sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

Até a emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2021 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados nestas demonstrações financeiras.

A retomada dos diversos setores e a volta gradual e segura das atividades presenciais nas instituições de ensino desenham um novo normal para a vida dos brasileiros. Um esforço em conjuntos se faz necessário para que as adaptações sejam feitas e o futuro continue sendo construído a partir de agora. Sem dúvida, a educação faz parte dessa construção.

8. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Para maiores esclarecimentos, acionistas e investidores podem entrar em contato pelo telefone (55) (41)3671-9000, enviando um e-mail para ri@dtcom.com.br ou cristiane@dtcom.com.br ou através do Fale com RI do site de Relações com Investidor

9. Recursos Humanos

Temos a convicção que a execução de nossa estratégia depende de profissionais que tenham uma direção clara, alinhamento com os planos e comprometimento e identificação com os valores da organização.

A política de recursos humanos adotada pela Companhia visa a valorização do indivíduo e retenção de talentos. A Companhia adota uma política salarial e de benefícios compatíveis com o mercado e investe intensamente na capacitação e motivação dos seus colaboradores.

A Companhia está constantemente preocupada com o ambiente de trabalho, incentivando a discussão de ideias e possibilitando a participação de todos nos processos decisórios.

10. Relacionamento com Auditores Independentes

Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a DTCOM informa que a Mazars Auditores, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2021. A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

11. Agradecimentos

A Administração renova os agradecimentos aos nossos Clientes, pela confiança novamente depositada na Companhia, pois é essa parceria que nos motiva a trilhar sempre o caminho da excelência, e aos Integrantes, Parceiros e Fornecedores, pela dedicação e competência, essenciais para o alcance de nossas conquistas e resultados. Nossos agradecimentos também se estendem aos Acionistas, pelo apoio na concretização dos projetos estratégicos da Companhia, e que são fundamentais para o seu fortalecimento.

Quatro Barras, 29 de março de 2022.

A Diretoria,
DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A

COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

De acordo com o artigo 20 da seção 1, capítulo 3 da Instrução Normativa nº 480 da Comissão de Valores Mobiliários, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, portanto a Companhia se reserva no direito de não divulgar projeções ou estimativas.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

De acordo com o Inciso IV do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 que trata de "Orçamento de Capital", a Companhia não prepara o referido orçamento.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Todas as informações que a Companhia considera relevantes foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Dtcom Direct to Company S/A., em cumprimento às disposições legais dos mercados onde a Companhia tem seus títulos mobiliários listados e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos acompanhamentos e nos exames efetuados, considerando ainda, os pareceres dos Auditores Independentes e as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho de Administração opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Quatro Barras, 29 de março de 2022.

Leonardo Petrelli Neto

Presidente

Membros:

João Elisio Ferraz de Campos

Mônica Molina Faletti

Norton Paim Moreira

Eduardo Petrelli

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da Dtcom Direct to Company S/A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras - PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.303.999/0001-36, declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de Dezembro de 2009:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais referente ao exercício 2021.

Quatro Barras, 29 de março de 2022.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da Dtcom Direct to Company S/A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras - PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.303.999/0001-36, declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de Dezembro de 2009:

Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, relativas às demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício 2021, contidas nesse relatório.

Quatro Barras, 29 de março de 2022.